

# A condição em falso: sobre um trajeto de professor e pesquisador em Ciências Sociais no Brasil

---

The Condition in False: the path of a Social Sciences professor and researcher in Brazil

*Odaci Luiz Coradini\**

## Introdução

O presente texto resulta do gentil convite da professora Alejandra Corbalán para que escrevesse sobre algo sobre a respectiva carreira de pesquisador. Isso inclui os percalços, fracassos, redirecionamentos e problemas correlatos. Nas palavras do convite a “temática do Dossiê é sobre investigação, porém, gostaria que os artigos refletissem os bastidores, vicissitudes, acertos, etc.”.

Mesmo que no próprio convite tivesse ficado explícito de que se trataria de algo que abrangeria diferentes aspectos da carreira, inclusive as dificuldades e fracassos, após o entusiasmo inicial houve muita relutância e dúvida em assumir essa tarefa. A elaboração de qualquer texto relativo à respectiva trajetória ou carreira (adiante são expostas algumas dificuldades na utilização desse tipo de categoria) implica numa série de perigos muito comuns e graves. Os mais frequentes são o narcisismo e os esforços de auto-consagração, que geralmente permeiam esse tipo de texto, embora possam se auto-denunciar facilmente, pelo menos frente ao público mais atento. Porém, existem outros usos ainda mais perigosos e nefastos, por serem mais sutis e eficientes, dentre os quais se destaca o reconhecimento e consagração recíproca “cruzada” para o qual esse tipo de texto facilmente é utilizado. Trata-se daqueles processos de recon-

---

\* Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGs). Brasil.  
E-mail: coradini@ufrgs.br

hecimento através da formação ou promoção dos chamados “grandes nomes” que têm como base a troca recíproca de meios ou de “espaços” para tanto. Para ser mais direto e fornecer uma idéia geral desse problema: pelo menos no Brasil, praticamente a totalidade do que foi escrito sobre as ciências sociais e sua história é produto direto desse tipo de interesse. Mas, o que mais merece ser destacado é que, em geral, isso é visto como absolutamente normal e legítimo. O mesmo ocorre com a utilização das ciências sociais, direta ou indiretamente, para a construção social da imagem de outros setores de “elites”. Além de tudo isso, outro tipo de dificuldade ocorre quando a carreira contém muitos percalços e redirecionamentos e quando não se tem alguma visão encantada da mesma. Nesse caso, a própria descrição ou apresentação factual pode ser lida como uma espécie de lamento ou de ressentimento frente àquilo que poderia ser o ideal de uma carreira bem sucedida, como se fosse possível considerar o grau de sucesso ou fracasso de alguma carreira sem contemplar, simultaneamente, os critérios de avaliação.

Por outro lado, é evidente que essa é uma oportunidade para oferecer alguns elementos para a compreensão de determinados condicionantes do exercício das ciências sociais no período e no contexto abrangido. Esse contexto e condições particulares podem servir de base de comparação tanto para outras situações no Brasil como de outros países latino-americanos, como a Argentina.

Isso, no entanto, não significa que se trate de alguma carreira ou trajeto quantitativamente representativo, nem mesmo do conjunto de cientistas sociais do Brasil do mesmo período. Como pode ser constatado, as multiplicidades de condicionantes e de rupturas são tantas que se torna difícil estabelecer algum padrão de comparação. Talvez o principal padrão de comparação esteja nisso mesmo, ou seja, na indefinição das condições sociais e institucionais e as conseqüentes rupturas e tentativas de recomposição. Embora os casos particulares, por definição, sejam sempre diferentes, alguns desses processos e condições, que estão na base das indefinições, da multiplicidade de condicionantes e das rupturas e esforços de recomposição talvez sejam mais comuns do que o suposto

## **1. Alguns problemas básicos de definição**

Como é sabido, existe uma vasta e crescente bibliografia nas ciências sociais dedicada à discussão e à análise de trajetórias, carreiras, percursos sociais ou algo do gênero. A adoção de uma dessas noções em voga não está livre das implicações teóricas e conceituais e seus significados próprios. Não caberia entrar aqui nessa discussão conceitual, mas para uma melhor compreensão do que é exposto adiante é necessário expor alguns esclarecimentos prévios.

A principal divisão ou eixo de oposição da bibliografia relativa à análise de trajetórias sociais é aquela entre as abordagens e definições mais objetivistas e as mais perspectivistas. No limite, as abordagens mais objetivistas enfocam as trajetórias individuais como sendo determinadas pelas condições “externas” ou “estruturais”. Nessas condições “estruturais” ocorrem os “fluxos” e as trajetórias e respectivas bifurcações tendem a ser vistas como mais “balísticas”. No extremo oposto se situam as abordagens que tendem a se centrar mais em aspectos particulares e subjetivos e, no limite, extrapolam aquilo que pode ser considerado como ciências sociais e se situam nas proximidades de algum tipo de literatura ou, simplesmente, no gênero da biografia ou algo semelhante. A adoção de uma noção como a de trajetória implica numa visão mais objetivista, enquanto a de carreira (mais ligada ao interacionismo) à consideração dos esquemas de percepção e possibilidades de apropriação diferenciada das condições que se apresentam.

Porém, isso tudo somente se aplica de modo muito indireto no caso em pauta, por uma série de razões. Por um lado, a apreensão e exposição de um conjunto de práticas sociais como trajetória ou como carreira pressupõe algum tipo de encontro entre determinados recursos e disposições e estruturas de ofertas de possibilidades de ação que se modificam conforme cada conjuntura. Por outro lado, noções como trajetória, carreira, percurso, dentre outras, remetem, simultaneamente a espaços relativamente estruturados e esferas de ação específicas. Por exemplo, atualmente a noção de trajetória (deixando de lado os usos midiáticos ou do senso comum) está mais diretamente associada

à definição de Bourdieu, que remete às relações e deslocamentos em espaços sociais objetivados ou campos. No que tange à noção de carreira, apesar de o interacionismo ter como central a pressuposição da multiplicidade de esferas de ação social que atravessam as práticas e as trajetórias individuais (daí, inclusive, a multiplicidade de carreiras), também remete à alguma dimensão específica.

No presente texto, não se trata de alguma dimensão social específica. Isso porque, apesar de que a idéia de carreira profissional seja central, a apreensão de seus condicionantes gerais requer que se considerem tanto aqueles mais ou menos objetivados e institucionalizados, como o espaço escolar e aquele das carreiras profissionais, como aqueles condicionantes de ordem mais macro-social, como a condição social de origem, os fluxos migratórios e de reconversão profissional e social, dentre outros.

Um último ponto que deve ser considerado é que, mais que a multiplicidade de condicionantes sociais que podem estar na base da carreira, o decisivo são as modalidades dessas condições se transformarem em práticas que têm efeitos na carreira profissional. Dito de outro modo, o mais importante é desvendar como o conjunto de condicionamentos sociais de ordem variada atua na carreira de pesquisador e a transformam no resultado dessas confluências e contradições. Nesse sentido, é necessário destacar ainda que se trata de um esforço de apreensão e exposição retrospectiva restrita àquilo que pode ter influenciado no respectivo trajeto profissional de pesquisador e não algo no sentido do conjunto do trajeto social.

## **2. Os principais fluxos de deslocamentos geográficos e ocupacionais no meio social de origem e o sentido da escolarização**

Como se trata da trajetória profissional de alguém oriundo de um meio social bastante distante do universo escolar e, mais ainda, das ciências sociais, num primeiro momento é necessário esboçar em termos gerais essas relações do meio social de origem com a escolarização. Trata-se de uma estrutura social com base na agricultura familiar típica das colônias de imigração do sul do Brasil.

Embora com mudanças gerais em cada período, as principais possibilidades quanto ao futuro profissional nesse meio, no final da década de sessenta, podem ser resumidos nas que seguem: continuação na agricultura, com a alternativa de migração para a fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro (como ocorreu com todos os demais membros da família de origem na década de setenta); a segunda possibilidade é o deslocamento para os centros urbanos na tentativa de se converter em operário ou funcionário, ou algo semelhante. A terceira alternativa está mais diretamente associada a investimentos escolares. Porém, essa terceira alternativa se apresenta de modo completamente demarcado conforme a condição social. Os estudos tendo em vista a obtenção de títulos escolares mais valorizados estão circunscrito à “burguesia” urbana local. Para os filhos de agricultores, além do seminário (que atinge uma pequena parte em termos quantitativos, mas que tem muitos efeitos posteriores na expansão das ciências humanas e sociais), a alternativa mais utilizada era um internato rural municipal equivalente ao atual 2º grau (normal), dedicado à formação de técnicos agrícolas e professores de 1º grau.

Essa última alternativa, de técnico agrícola ou professor de 1º grau rural, no entanto, pressupõe algumas condições e a principal é algum grau de adesão e predisposição em seguir uma carreira ligada a esse universo social rural, seja como técnico agrícola ou como professor de 1º grau. Além disso, nessa conjuntura, do final da década de sessenta, a condição e a carreira de professor de 1º grau estava deixando de ser valorizada nesse meio, principalmente entre os agricultores melhor situados e, particularmente, para os do sexo masculino. Com a recusa de qualquer alternativa que pudesse envolver esse universo social de origem rural, a opção que restou foi a de tentar algum tipo de emprego urbano para conseguir freqüentar algum curso noturno. Essa tentativa foi posta em prática inicialmente em âmbito local (Ijuí) e posteriormente na capital do estado (Porto Alegre), sempre com fracasso total. Além da inexistência de qualquer apoio por parte da família de origem, até por ser contrária a qualquer alternativa para os filhos masculinos que não aquela da continuidade na agricultura, a excessiva ti-

midéz e a falta de domínio do universo urbano, sem qualquer rede de interconhecimento, inviabilizou todos os esforços na obtenção de algum emprego ou trabalho. Além disso, o serviço militar se impôs como obrigatório por quase um ano (exatamente no auge do período mais duro da ditadura, em 1970).

Isso teve duas conseqüências muito diretas no trajeto escolar e, por extensão, no ingresso na carreira profissional. No que tange ao trajeto escolar na fase pré-universitária, com o fracasso nas tentativas de obtenção de algum emprego urbano que viabilizasse o ingresso algum curso noturno, o então chamado Artigo 99 ou Madureza, ou seja, a possibilidade legal de exames finais sem qualquer freqüência a curso acabou sendo a alternativa mais imediata. Desse modo, após algum tempo dedicado ao auto-didatismo muito intenso foi concluído o equivalente ao então curso ginásial ainda no período de serviço militar (1970) e o equivalente ao então clássico (2º grau) no ano seguinte. A segunda conseqüência foi a de que, como não foi conseguido qualquer emprego na capital do estado, com o fim do serviço militar, a alternativa que restou foi o retorno ao município de origem (Ijuí). Nessa circunstância ocorre algo incomum e que também tem conseqüências decisivas no ingresso no curso superior. Ocorre que no município de origem, no ano de retorno da capital (1971) uma empresa multinacional alemã com a matriz brasileira em São Paulo proprietária de um frigorífico local divulgou um concurso para o preenchimento de uma vaga de *office boy* (na linguagem da época, *estafeta*). Essa modalidade de seleção, com provas escritas anônimas corrigidas em São Paulo contornava os problemas de timidez e também de falta de redes de interconhecimento. Apesar da existência de trinta e três inscritos para uma vaga, finalmente, foi conseguido um emprego, no mesmo ano de realização do vestibular. Porém, isso teve particularmente dois pontos negativos: a constatação da inviabilidade do pagamento das mensalidades do curso com o salário mínimo de *office boy* e um acidente de trabalho com seqüelas permanentes. Por outro lado, após um curto período como *office boy*, a universidade local realizou um concurso para o preenchimento de uma vaga de atendente de livraria. Como os funcionários da universidade eram

dispensados do pagamento de mensalidade de curso, o ingresso como atendente de livraria foi um primeiro passo para a posterior passagem para a biblioteca. Isso representou o início de um período de relativamente boas condições de estudo, apesar de em cursos e instituição absolutamente periféricos.

Como já exposto, a opção pela instituição do curso de graduação é uma decorrência das dificuldades e circunstâncias de ingresso no mercado de trabalho, além das origens sociais e geográficas. A opção pelo curso superior, no entanto, está condicionada por essas circunstâncias, mas também está diretamente associada a esquemas de percepção particulares e, como é indicado adiante, tem muitas conseqüências. Entre os condicionantes mais gerais da escolha destaca-se a situação periférica da instituição. Essa instituição, no período, era constituída por um conjunto restrito de cursos, a maior parte voltada para a formação de professores dos níveis de ensino pré-universitário, além do curso de administração de empresas. Por outro lado, como conseqüência das disposições pessoais e, particularmente, do forte ressentimento social, além da efervescência ideológica no meio estudantil, apesar de se tratar do auge do regime ditatorial (1971), o critério básico da escolha do curso era o grau de afinidade com essa efervescência ideológica e, particularmente, com aquilo que fosse visto como contestatório. Nessa classificação, em outros contextos, poderiam ser incluídos diferentes cursos das chamadas ciências humanas e, inclusive, algum curso de história ou de economia. Porém, nos limites da instituição no período, o único curso disponível que se aproximava era o de estudos sociais, ou seja, um curso de licenciatura de curta duração para a formação de professores do ensino fundamental. Com a conclusão desse curso e o aparecimento da oferta do curso de geografia, uma licenciatura então chamada de “plena” (por não ser de curta duração), passou a ser a alternativa encontrada. A realização de algum curso considerado como de bacharelado ou de licenciatura “plena” era condição inclusive para se candidatar a algum curso de mestrado.

Portanto, o critério básico do curso são as possibilidades de apropriação de uma perspectiva contestatória. A instituição, apesar de ex-

tremamente periférica, também se aproximava disso. Havia sido criada por uma ala à “esquerda” da ordem franciscana e durante a ditadura acabou se constituindo numa espécie de refúgio para professores sem chances de emprego em outras instituições por motivos políticos. Porém, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, esse tipo de situação não induz a algum tipo de militantismo muito ativo. Dentre outras razões possíveis, destaca-se, em primeiro lugar, a fortíssima timidez. Além disso, com um trajeto escolar tão precário e conturbado e, simultaneamente, com ambições escolares, o afastamento da possibilidade permanente de fracasso requer um grau de aplicação e de auto-ditatismo tal que consome praticamente todo o estoque de tempo disponível. Por fim, se por um lado o fortíssimo ressentimento social poderia induzir no sentido do militantismo estudantil ou político, por outro, a distância social frente às principais lideranças tende a resultar em sentimento de deslocamento e ceticismo.

Em todo caso, após alguns anos como funcionário da instituição e a conclusão dos cursos de estudos sociais e de geografia houve o ingresso como professor de ensino fundamental, mas por apenas algumas semanas, numa escola rural no interior do município. Com o retorno à condição de funcionário da biblioteca da instituição, em termos escolares, a perspectiva que se apresentava era a de realização de curso de pós-graduação, a começar pelo de mestrado.

### **3. Ingresso nos cursos de pós-graduação e na carreira e a sucessão de decepções intelectuais e reconversões**

A primeira tentativa de ingresso num curso de mestrado, no caso, de ciência política da UNICAMP, equivale também à primeira experiência da força das relações centro/periferia como posição e recursos sociais. No Brasil a posição nessas relações centro/periferia geralmente são tomadas em consideração nas hierarquizações escolares e sociais, porém, quase sempre apenas como meio nas lutas de desclassificação. Por alguma razão, talvez pela própria força desse tipo de recurso e por estarem todos fortemente envolvidos, as posições nessas relações cen-



tro/periferia quase nunca chegam a ser tomadas como objeto sociológico, ou seja, para a compreensão dos recursos e condicionante nas hierarquizações e lutas sociais. No caso em pauta, o peso dessas relações centro/periferia na primeira tentativa de ingresso num curso de mestrado (na época, relativamente raro) se apresentou explicitamente, em primeiro lugar, no acesso em condições diferenciadas às leituras canônicas da bibliografia pertinente e, portanto, nos limites do auto-ditadismo. Como a parte decisiva da seleção ocorria através da avaliação de um projeto de dissertação, ao mesmo tempo em que foi muito elogiada a inclusão de uma extensa bibliografia, foram desautorizadas as interpretações e apropriações feitas, consideradas em desacordo com o estado da arte nesse meio escolar no período. Mas a explicitação mais brutal e objetiva da força dessas relações centro/periferia constituiu na exclusão da possibilidade de recebimento de bolsa de estudo por não se tratar de alguém proveniente de São Paulo. Isso porque as bolsas distribuídas eram da FAPESP, não havendo ainda um sistema de ofertas de bolsas do governo federal formalizado, cuja implementação sistemática ocorreu mais tarde.

Em todo caso, com o relativo fracasso na tentativa de ingresso no curso de mestrado em ciência política da UNICAMP, a alternativa posta em prática foi tentar o ingresso no mestrado da UFMG. A opção por ciência política tinha como principal razão o relativo cansaço ou desconfiança frente à vulgata marxista da época, particularmente no que tange à sociologia, conjuntamente com uma visão militantista das ciências sociais, apesar do fraco envolvimento ativo com o militantismo.

O que importa destacar é que essa experiência do mestrado em ciência política constitui uma das maiores decepções com as ciências sociais e com o próprio sistema escolar. O choque principal foi com a vulgata do individualismo metodológico e da teoria da “escolha racional” que então dominava o curso e que na ciência política no Brasil tendeu a se expandir no período posterior. Nessa fase do mestrado a alternativa posta em prática foi concentrar a formação no pólo oposto, que na época girava em torno do que geralmente era apresentado como “marxismo crítico”. Além da predominância dessa vulgata

do individualismo metodológico e da teoria da “escolha racional” e o conseqüente posicionamento no pólo oposto, o próprio tema da dissertação, centrado na análise de problemas agrários, contribuiu para a conclusão de um curso de mestrado que, apesar de formalmente inscrito na chamada ciência política, se situava numa abordagem e temática que a extrapolavam.

Ainda no que tange à vulgata do individualismo metodológico e da “escolha racional”, seus efeitos vão muito além da fase de realização do mestrado, por reação negativa. Por uma série de circunstâncias, além da expansão dessa vulgata no Brasil, a influência negativa abrange tanto as opções de prolongamento dos estudos como a carreira profissional.

No que tange à continuidade de estudos, a principal conseqüência desse primeiro contato nada edificante com aquilo que era classificado como ciência política foi sua exclusão de qualquer novo investimento escolar. Com isso e a imagem da sociologia da época como sendo dominada pela vulgata marxista ou então por uma espécie de generalismo engajado e normativista, restava a antropologia social como alternativa de doutorado. Retrospectivamente, é como se a antropologia social fosse constituída como uma novidade positiva, por oposição à ciência apolítica e à sociologia. Os investimentos anteriores numa dissertação sobre problemas agrários e, mais especificamente, sobre cooperativismo e estrutura social (além de publicações de cunho mais diretamente militantista sobre problemas agrários) contribuiu para o ingresso nessa área. Com o passar do tempo e muito esforço na reconversão de esquemas de entendimento e apropriação bibliográfica, foi ficando mais evidente que aquilo que, em geral, era classificado como antropologia social, a rigor, era constituído por algo que em outros contextos seria próprio da sociologia. Com exceção de alguns textos tidos como clássicos de autores consagrados como antropólogos, freqüentemente citados de um modo um tanto ritualístico, na maior parte dos casos tratava-se de apropriações dos mesmos autores e textos também utilizados pelos sociólogos e, inclusive, em boa medida por historiadores. A apropriação um tanto mais rigorosa e fundamentada

por parte da antropologia constitui o principal do lado positivo. Mas também passaram a se apresentar os pontos negativos, dentre os quais, se destaca a tendência à reificação generalizada de técnicas etnográficas de coleta de informações, freqüentemente consideradas como sendo a própria antropologia social. Um dos efeitos dos mais negativos disso é a tendência, em geral não admitida oficialmente, de excluir qualquer técnica que não esteja baseada na etnografia, particularmente aquelas de cunho quantitativo. Por fim, outro efeito negativo disso é a constituição da própria etnografia como meio de formação ou de consolidação da posição de mediador entre a categoria social estudada e alguma instância de poder. Em muitos casos a própria utilização de determinadas teorias e abordagens decorre diretamente dessa situação, potencial ou efetiva, de mediação. Isso inclui, evidentemente, os estudos de problemas agrários ou, mais especificamente, sobre o campesinato e categorias conexas.

Já no que tange à carreira profissional, esse esforço no sentido de se distanciar da daquilo que era considerado como ciência política ocorre em condições bem mais complicadas, visto que envolvem as possibilidades de emprego e as burocracias do ensino superior, clivadas por interesses diversos e cruzados. Sinteticamente, após a recusa, com muita hesitação, em assumir como professor do departamento de sociologia e antropologia da UFMG em 1980, após um concurso realizado no ano anterior, já estando atuando na instituição de origem em Ijuí, foi aberto um concurso na UFRGS, em 1982. Apesar de já estar cursando o doutorado em antropologia social no Museu Nacional, tinha interesse em regressar ao Rio Grande do Sul após a conclusão do curso. Porém, como o título de mestre era decisivo no concurso, a alternativa foi a inscrição no concurso na ciência política (embora houvesse concurso simultâneo também para sociologia e para antropologia). Devido à inércia burocrática, esse concurso, cujo período de inscrição se encerrou em meados de 1982, somente foi realizado no final de 1985, portanto, após a conclusão do curso de doutorado em antropologia. Com isso foi criada uma situação de difícil convivência num departamento de ciência política. Frente a isso foi tentada uma transferência para o

Rio de Janeiro e outra para o departamento de antropologia da mesma universidade, ambas fracassadas. Porém, essa convivência forçada num departamento e a atuação como professor de cursos de pós-graduação em vários outros departamentos, além do enquadramento no CNPq como pesquisador em sociologia durante todo o período constituem uma boa base para a apreensão “por dentro” das lógicas de ação subjacentes à expansão das ciências sociais no Brasil no período ou, pelo menos, seus efeitos numa carreira profissional específica.

#### **4. A condição “anfíbia” (ou em falso?) e suas contradições e limites**

Diversamente das configurações nas quais as ciências sociais constituem algum espaço próprio, com um mínimo de autonomia e, conseqüentemente, a apresentação de aspectos da própria carreira profissional tende a assumir um caráter de *reflexividade*, não é necessário destacar que as condições em pauta são completamente distintas. Sendo assim, mais que as dinâmicas internas às modalidades de conceber, fundamentar, institucionalizar e por em prática as ciências sociais, o que passa a ser decisivo para a compreensão de qualquer carreira profissional, seja de professor ou de pesquisador e inclusive o conjunto do trajeto social, são os condicionantes da própria existência e expansão formal das ciências sociais ou do trabalho intelectual em geral. Nisso estão incluídas as regras de acesso, os princípios explícitos ou implícitos de hierarquização e as relações com outras esferas de atividades, interesses e princípios de legitimação. Não se trata do problema da heteronomia que estaria na base das ciências sociais ou de qualquer outra esfera de atividade, visto que não chega a haver a objetivação social de algum espaço e respectivos princípios e critérios de definição próprios. Portanto, nessas condições, mais que as ciências sociais, devem ser considerados os usos diversificados e os interesses investidos, tanto nas ciências sociais como na forte expansão do ensino superior no Brasil no período e os princípios de recrutamento e hierarquização subjacentes.

Nesse sentido, é necessário apresentar pelo menos alguma referência sintética de alguns condicionantes mais gerais da existência da carreira de pesquisador, a começar pela de professor de ensino superior. O primeiro ponto a destacar é que, apesar da enorme expansão do ensino das ciências sociais no Brasil nas últimas décadas, no que tange à carreira ou ao mercado formal de trabalho, não existe a carreira de sociólogo em termos efetivos (embora mais recentemente tenha passado a existir a “profissão” no sentido oficial ou burocrático). Mas, simultaneamente, ocorrem vários processos intrigantes, que, em contraposição com as preocupações dos franceses com os “impensados” da escola, poderiam ser definidos como os “publicamente não ditos”.

Um dos mais evidentes desses “publicamente não ditos” ou, pelo menos, não discutíveis abertamente consiste nas relações do ensino de ciências sociais com a formação de professores para o magistério pré-universitário, com o ensino superior e com outros destinos profissionais, como a pesquisa, a ocupação de cargos públicos, dentre outros. Quanto à formação de professores para o ensino pré-universitária, essa seria a justificativa básica e mercado potencial para os graduados desde o início do ensino universitário de ciências sociais, na década de cinqüenta. Desde então, os cursos de graduação em ciências sociais, em geral, apresentam duas modalidades, cujas diferenças freqüentemente se restringem a pequenos detalhes didáticos ou formais, a saber: a licenciatura e o bacharelado. Porém, mesmo não se dispondo de levantamentos mais precisos, é do conhecimento geral que o magistério do ensino fundamental e médio representa uma parte quase desprezível desses graduados, em geral em situação particular. Quanto aos bacharéis, a proporção dos com destino profissional conforme as prescrições do título é ainda menor. Embora não caiba ser exposto em detalhes, isso está completamente de acordo com a posição social dos profissionais do ensino fundamental e médio no Brasil, que se situam entre as categorias com menor rendimento e quanto aos bacharéis, deve ser lembrado que a profissão nem existe em termos efetivos. Por outro lado, os professores de ensino superior estão entre as categorias ocupacionais com posição social mais alta,

com rendimentos econômicos abaixo de apenas algumas poucas categorias socialmente no topo.

Porém, mais importante que a quantidade, praticamente desprezível, de graduados em ciências sociais que têm destino ocupacional mais próximo das prescrições da titulação é a hierarquização que se estabelece entre os diferentes destinos ou carreiras ocupacionais. Um dos principais desses destinos, pela importância escolar e social que adquire, é o ensino superior.

Porém, aquilo que pode ser genericamente classificado como professor de ensino superior é constituído por um conjunto de categorias em condições sociais e profissionais e com atividades predominantes diversas. Grosso modo, num extremo se situam aqueles professores horistas de instituições particulares periféricas, cujas condições tendem a se aproximar daquelas dos professores de ensino médio. No extremo oposto se destacam aqueles que compõem as “elites”, para os quais as atividades efetivas de magistério representam uma parte mínima ou estão excluídas do trajeto profissional.

Portanto, há uma hierarquização com base na afiliação institucional do emprego, nas atividades predominantes exercidas e nas relações com outras esferas de atividades, incluindo aquelas tidas como de “elite”. Portanto, por um lado, ocorre uma hierarquização entre diferentes atividades consideradas como universitárias. No extremo inferior se situa a docência propriamente dita e no extremo oposto a ocupação de cargos na administração universitária ou conexas e a seguir as atividades de pesquisa e, por fim, aquelas atividades voltadas para outros espaços, como as de consultoria ou de assessoria. Por outro lado, nessa hierarquização com base numa espécie de divisão do trabalho entra em pauta muito mais que funções ou atividades, visto que abrange as relações diferenciadas com o próprio espaço universitário, com outras esferas de atividades externas e com o poder público. Esse poder público pode ter um caráter mais diretamente de ocupação de cargos ou, então, de influência na alocação de recursos destinados às atividades universitárias, particularmente aquelas de pesquisa.

É nesse ponto que as regras de acesso e de hierarquização e sua complexidade e características próprias “à brasileira” devem ser consideradas para a compreensão das condições de qualquer carreira profissional. No que tange ao ingresso no próprio emprego como professor de ensino superior é necessário, em primeiro lugar, considerar as regras de recrutamento dessa categoria no conjunto das ocupações de “elite”, onde a condição básica é a inserção prévia em determinadas redes e as possibilidades de cooptação. Além disso, é necessário distinguir algumas especificidades que diferenciam o setor particular do setor público.

No que tange às universidades particulares, embora o capital de relações sociais também seja decisivo, ao que tudo indica, trata-se principalmente de nepotismo, ou seja, de relações de parentesco entre professores e membros da direção. Esse capital de relações sociais também pode ser constituído por relações com agentes do “poder local”, seja político ou de outra ordem. No que tange às instituições confessionais, evidentemente, as relações de adesão à respectiva ordem ou credo religioso também podem ter algum peso importante.

Quanto ao setor público, em termos mais gerais, é necessário ter em consideração que está inscrito num dos *spoils system* dos mais completos. No Brasil, todos os cargos públicos com algum poder de decisão ou “políticos” (ou na linguagem do meio, de “confiança”, por “indicação”) não eletivos (que representam uma mínima parte) são preenchidos por cooptação direta. No que tange especificamente à administração universitária, com o fim do período ditatorial houve a formação de uma mescla entre “indicação” e “eleição” interna. O reitor escolhido por uma lista “eleita” por professores, funcionários e alunos é confirmado por algum critério político. O reitor, que por sua vez, escolhe os pró-reitores com base nas relações de força da “composição” que possibilitou sua eleição. De modo semelhante, os demais cargos nos institutos e departamentos e demais unidades são eleitos ou “indicados”.

A principal conseqüência desses processos sinteticamente mencionados é que não há qualquer atividade escolar, por banal e corriqueira que possa parecer, que não contemple essa dimensão de jogo e manipulação de “poder” ou lutas entre facções pela ocupação de car-

gos “administrativos” ou “políticos”, com base no capital de relações sociais. Na raiz dessa cooptação generalizada em cascata está algo que desafia os próprios limites de apreensão das ciências sociais e não é por acaso que os poucos estudos que abordam ou tangenciam isso são estrangeiros<sup>1</sup>. No limite, é a própria idéia de modernidade que entra em pauta, quando os esquemas de entendimento disponíveis são postos em questão. Num trabalho já bastante antigo, Schmitter (1971) constata que no Brasil a política não se faz por subtração, mas por adição. Porém, se por um lado, inclusive como um dos contrastes em comparação com a substituição dos ocupantes de cargos de professor nas reviravoltas políticas na Argentina (Sigal, 1996; Neiburg, 1997), essa constatação pode ser muito indicativa no sentido de que o que está em pauta não esgota as particularidades desse tipo de relação com aquilo que no Brasil geralmente é designado como “política”. À primeira vista, por se tratar de um meio em que as lógicas de ação, e os princípios de legitimação são múltiplos e contraditórios, a principal consequência seria a incorporação de um maior grau de ambivalência nas práticas, inclusive discursivas, e nas próprias regras institucionais e sociais. Porém, está em pauta muito mais que isso e uma das indicações gerais que as ciências sociais oferecem e que podem contribuir para a compreensão é a maior importância da “política” nas sociedades periféricas, devido à menor autonomia das demais esferas de atividade (Badie, 1994, p. 111-133). Porém, essa “política”, na ausência ou devido à fraqueza de um espaço de representação política instituído, tem como efeito a mudança de significado tanto daquilo que pode ser designado como “política” como das demais categorias correlatas. Sendo assim, não se trata apenas de um altíssimo grau de ambivalência, mas de um jogo permanente com a própria ambivalência. A capacidade ou habilidade nesse jogo, que geralmente no português brasileiro significa *esperteza* ou algo semelhante (mas que também pode ser facilmente classificado como *picaretagem*, se o contexto for alterado), tem como principal característica a de atribuir mais importância ao estabelecimento de alianças e na gestão de rupturas que ao conteúdo intrínseco do que é enunciado. Como é indicado adiante, isso tem consequências



diretas inclusive no significado do que passa a ser *ecletismo* nesse meio, visto que, mais que a combinação de idéias ou definições com uma relativa diversidade de significados e de bases conceituais e epistemológicas, importam as possibilidades do estabelecimento e a inserção em redes de aliados.

Para o recrutamento de professores das universidades públicas é necessário considerar também que com a implementação da Constituição promulgada em 1988, todos os funcionários públicos devem ser recrutados através de concurso. Isso exclui, evidentemente, os cargos de “confiança” ou “políticos”. Os efeitos disso no recrutamento de professores, ao contrário do que poderia parecer, são muito variáveis conforme cada caso. Essa variedade decorre do fato de que a mencionada ambivalência decorre de uma mescla de lógicas de ação e respectivos princípios de legitimação, por mais excludentes que possam parecer, cuja base é a busca de alianças e a gestão de rupturas. Sendo assim, diferentemente daquilo que para Bourdieu (2001) é formulado como o capital social como condição para a realização do capital técnico ou científico, nas condições em pauta o capital científico somente adquire sentido instrumentalmente a serviço do capital de relações sociais pré-estabelecido. Ou seja, o capital científico, ou técnico, não deixa de existir e de ter uma relativa importância, mas sempre enquanto um componente na mencionada mescla cuja base são as redes de relações e de cooptação em cascata. É nesse sentido que a própria idéia de modernidade ocidental é posta em questão, podendo conviver na mesma circunstância o nepotismo ou o “filhotismo” mais explícito com a ostentação de traços e signos de “modernidade” os mais pretensamente avançados, como as últimas teorias sociais provenientes dos centros internacionais. Em termos práticos, com a introdução da exigência de concursos, a principal consequência foi a transformação do controle na montagem das comissões de concurso no principal objeto de disputa. Pouco importa que numa mesma comissão possa haver problemas de comunicação e dissonância completa devido às afiliações e lealdades verticais diferenciadas quanto às teorias e abordagens relativas à área, desde que lastreada numa aliança prévia.

Porém, se o ingresso na carreira de professor e os critérios de suas hierarquizações envolvem todas essas e muitas outras modalidades de manipulação e acumulação de capital de relações sociais (ou aquilo que na linguagem do meio é da “política”), o acesso e os condicionantes da carreira de pesquisador são bem mais complexos. Como já mencionado, no Brasil não existe a carreira de cientista social ou de sociólogo em termos efetivos. Mas nas últimas décadas surgiu e foi sendo reforçada a possibilidade de uma carreira parcial de pesquisador, conjuntamente com as demais atividades universitárias, particularmente através do reconhecimento do tempo de trabalho dedicado à pesquisa e as possibilidades de obtenção de algum apoio externo.

Essas possibilidades de carreira parcial de pesquisador, que absorvem uma parte considerável e desigual dos professores das maiores instituições, no entanto, dependem muito mais direta e intensamente das redes de relações através das quais o capital de relações sociais é acumulado e manipulado. Diversamente da simples condição de professor, para a qual, pelo menos no setor público, após o ingresso, embora, como já mencionado, não há qualquer atividade que possa ser considerada como estritamente escolar, o emprego está mais ou menos assegurado, as atividades de pesquisa sofrem ainda mais a imposição de condições diretamente dependentes do capital de relações sociais. O mais importante a reter é que isso é relativamente institucionalizado e a sutileza da “engenharia” do esquema possibilita vê-lo e apresentá-lo como algo baseado no meritocratismo e, inclusive, sob o controle de uma dita “comunidade acadêmica”.

Não caberia descrever aqui a enorme quantidade de mecanismos que incidem sobre as possibilidades de existência de carreira de pesquisador cuja base se situa no enorme conglomerado de redes, algumas mais outras menos oficializadas, outras completamente clandestinas, mas atuando em complementaridade. Assim, são mencionados a seguir somente aqueles que têm efeitos mais diretos sobre a carreira em pauta.

O primeiro desses mecanismos consiste na estrutura pública de apoio à pesquisa. Como já mencionado, no Brasil, com exceção dos

poucos cargos eletivos, todos os cargos com poder de decisão são ocupados por “indicação”, sendo considerados de “confiança”. Ocorre que nas burocracias ligadas ao apoio à pesquisa e à pós-graduação, particularmente no caso do CNPq, esse imenso conglomerado de redes de ocupantes de cargos públicos de “confiança” atua em conjunto com outro conjunto, formalmente menos vinculado à “política” no sentido partidário ou governamental e mais ligado à representação de interesses. Trata-se particularmente dos chamados comitês assessores de cada disciplina, geralmente “indicados” com base no capital de relações sociais cujo meio principal de acumulação são as associações por disciplinas ou áreas de conhecimento. Sendo assim, não surpreende que reuniões de associações como a ANPOCS tenham como principais atividades aqueles de formação de alianças e gestão de conflitos, tendo em vista as definições e representação de interesses e ocupação de cargos de diferentes espécies. Evidentemente, os critérios de avaliação dos organismos públicos vinculados, como a CAPES e o CNPq, estão diretamente ligados, ou melhor, consistem numa projeção das concepções e interesses dos integrantes de comitês ou, então, das negociações com os mencionados ocupantes de cargos de “confiança”, representantes de organismos governamentais. Como se trata de concepções e interesses com forte carga de particularismo, e como os períodos de ocupação de cargos nesses comitês e nos cargos de “confiança” governamentais são relativamente curtos, os critérios de avaliação, apesar de geralmente explícitos e oficializados, estão permanentemente sujeitos a mudanças bruscas, freqüentes e imprevisíveis.

Um segundo mecanismo de “particularização” do apoio à pesquisa, ainda no que tange aos organismos oficiais, consiste nas chamadas “políticas de indução”. Sinteticamente, trata-se da parte dos recursos destinados a determinados temas ou problemas definidos como prioritários. Em geral, se trata de problemas de ordem prática que adquirem maior relevância política em determinada conjuntura. A inclusão na agenda dos temas considerados prioritários pode decorrer de interesses de agentes do governo, de representantes de interesses organizados e, inclusive, de componentes dos mencionados comitês

assessores. Além dos organismos ligados diretamente ao apoio à pesquisa, os ministérios em geral alocam recursos para essas políticas de “indução”. No caso das ciências sociais, aquilo que é destinado às políticas ditas “universais”, ou não “induzidas”, é mínima em comparação com o restante. Uma das ironias dessas políticas de “indução” nas ciências sociais é que, com o aumento da popularização daquilo que é considerado como análise de políticas públicas como instrumento de governo ou, freqüentemente, como mero *marketing* político, esse passou a ser um dos temas mais privilegiados. Ocorre que qualquer esquema de análise de políticas públicas pressupõe a inclusão das “elites” ou dos protagonistas formuladores da política em questão como objeto de estudo. Isso, evidentemente, não pode sequer ser pensado, visto que se trata dos responsáveis pela alocação dos recursos de pesquisa. Assim, geralmente a chamada análise de políticas públicas equivale a uma espécie de avaliação de políticas a serviço da própria concepção de política em pauta, numa espécie de exarcebação do “efeito *doxa*”.

No que tange ao apoio às atividades de pesquisa, há ainda as instituições particulares, que atualmente não têm efeitos sistemáticos sobre o conjunto dos pesquisadores. Como boa parte dos países da América Latina, a Fundação Ford se destaca pelo peso relativo no financiamento e, particularmente, no apoio a eventos de divulgação de temas das ciências sociais. Porém, com sua crescente maior concentração numa determinada agenda com base em algo próximo do chamado “politicamente correto” norte-americano, ocorre uma maior restrição dos temas financiáveis e, portanto, de pesquisadores atingidos. Ocorre que diversamente de situações como a da Europa do pós-guerra, onde os objetivos estavam mais centrados no financiamento das ciências sociais, numa situação onde os cientistas sociais norte-americanos encontravam seus discípulos (Bourdieu, 1991), em condições como as brasileiras o foco está centrado em algo como “problemas sociais” típicos do chamado terceiro mundo. Desse modo, os objetos privilegiados são os mediadores ou mesmo militantes vinculados a diferentes categorias sociais tidas como importantes para investimentos filantrópicos. O segundo ponto a destacar é que, como já apontado por trabal-

hos como o de Dezalay e Garth (2002), a atuação de fundações como a Ford no Brasil tem como base um conjunto de redes clientelistas, os chamados “amigos da Ford”. Porém, pelo menos até onde alcançam as informações decorrentes de experiências pessoais como componente subordinado de equipes de projetos financiados pela Fundação Ford, esse esquema centrado em relações personificadas abrange muito mais que alguns setores da “elite”. Praticamente tudo, desde os primeiros contatos, passando pela apresentação e negociação de projetos e os critérios de avaliação estão centrados exclusivamente em relações personificadas.

Por fim, ainda no que tange às condições de possibilidade de carreira de pesquisador, devem ser consideradas as condições de publicação, especialmente os periódicos especializados. Esse é um dos pontos onde tanto a eficácia como o grau de ambivalência e de perversidade dos esquemas e dos princípios de hierarquização ficam mais evidentes. A atual importância das publicações no acesso a recursos para pesquisa é bem recente. Anteriormente, embora as publicações constituíssem uma parte valorizadas nos *Curriculum Vitae*, não havia critérios que as contemplassem, especificamente, como item a ser avaliado. Em termos formais, as avaliações tinham como base o mérito suposto do projeto apresentado. Isso, evidentemente, constituía uma situação propícia para todo tipo de particularismo, visto que o mérito do projeto dependia da aplicação de critérios *ad hoc* e, portanto, dos avaliadores que por alguma razão acabaram encarregados de determinado projeto. Esses avaliadores podiam, por exemplo, atribuir maior importância à conclusão bem sucedida do projeto anterior, à quantidade de publicações ou de exposições orais em eventos, à familiaridade e valorização do tema ou “problema” proposto, e assim por diante.

Com a introdução de mecanismos de avaliação anteriormente mais associados às ditas ciências duras, esse particularismo se tornou mais sutil e ambivalente. O principal mecanismo explícito de avaliação passou a ser o *Qualis* da Capes, que consiste num produto dos já mencionados comitês das respectivas áreas. Em muitos casos há uma forte sobreposição entre a composição dos comitês encarregados da elabo-

ração ou revisão do *Qualis* e os demais comitês vinculados a determinada disciplina ou área de conhecimento. Mas o componente básico do processo de constituição desses comitês e a elaboração do *Qualis* é uma espécie de lobbismo, no qual entram em concorrência direta as instituições e redes que mantêm publicações, particularmente os periódicos especializados, que são hierarquizados conforme o respectivo mérito atribuído conforme determinados critérios. Embora não caiba ser detalhado aqui, é necessário destacar, em primeiro lugar, que esse caráter lobbista explícito é geralmente admitido inclusive por envolvidos diretos nesse processo. Em segundo lugar, deve ser destacado que o particularismo dos critérios também é admitido de modo geral, com a inclusão formal e explícita, por exemplo, da “tradicionalidade da instituição” onde é publicado o periódico como critério positivo para avaliação de seu mérito. Por fim, em terceiro lugar, deve ser destacado que, por se tratar de uma situação onde as ciências sociais aumentaram muito, mas mesmo assim há poucos especialistas em cada tema específico, fica explícito que, em geral, o anonimato dos pareceristas consiste em apenas uma petição de princípio (isso deixando de lado as possibilidades de manipulação na escolha dos pareceristas, numa situação de interconhecimento generalizado).

Porém, isso que pode parecer alguma fraqueza ou falha no esquema e nos processos, é exatamente a razão de ser de sua eficácia. Na medida em que é institucionalizado um *Qualis*, que gradativamente passa a ser tomado como principal parâmetro de avaliação, é possível não apenas dispor de determinadas regras de concorrência num lobbismo e feroz e particularístico, como também é possível sustentar a idéia de certa de “modernidade” ou de meritocracia. Por outro lado, como se trata da projeção de interesses particularísticos que conseguem se impor nos comitês e as alianças e composições são variáveis, não apenas os critérios explicitados, como a própria hierarquia das publicações estão em constante mudanças, algumas muito bruscas, incluindo a pura e simples passagem do topo para sua exclusão. Por fim, o mais importante a reter é uma espécie de “pulo do gato” desse tipo de “elite” que consegue controlar esses processos e impor seus próprios interesses.

Trata-se da adoção e renovação constante dos mecanismos de seleção e de hierarquização, cuja lógica de ação da qual resultam consiste sempre no confronto e projeção de interesses e concepções próprias das ciências sociais daqueles que conseguiram ser “filtrados” nas lutas de definição e representação de interesses.

É isso que permite que não apenas os critérios de recrutamento e de hierarquização sejam apresentados como estando baseados em algo associado ao meritocratismo, como podem inclusive ser percebidos como tais pelos diretamente envolvidos. Visto que o capital de relações sociais e a inserção na chamada “política” são primordiais, acabam constituindo a condição decisiva, mas não publicamente explícita. Desse modo, aquilo que é decisivo pode ser visto e apresentado, simplesmente, como um “ingrediente” ou um “plus” a mais no jogo de cooptação e de manipulação de capital de relações sociais. Nessas condições, como as divergências não têm como se transformar na formulação e imposição de princípios de avaliação opostos, visto que tudo fica inscrito num esquema que funciona de modo composto e sua estrutura está organizada com base na cooptação em cascata, toda contestação pode ser desqualificada como produto de ressentimento decorrente de fracasso.

Com a base de tudo está no capital de relações sociais e, mais especificamente, nas possibilidades de mediação e gestão de alianças e conflitos e acesso à “política”, a própria importação e adoção de critérios de avaliação e sua constante alteração tem a função de distanciar essa “elite” do conjunto dos pesquisadores em potencial. Com isso, se estabelece uma luta de concorrência que tem um sentido de corrida desesperada, visto que os próprios critérios estão em disputa. Como já foi demonstrado para o caso da sociologia e de outras disciplinas nos Estados Unidos, a hierarquização do espaço acadêmico está baseada mais no prestígio e no capital social que no mercado (Burris, 2004). Porém, no caso em pauta não se trata disso, visto que não há um conjunto de regras internalizadas e de crenças na instituição. Nas condições brasileiras as próprias regras são vistas como projeção das negociações de interesses particularísticos, seja de instituições concorrentes,

de representantes de grupos e interesses organizados, de regiões, de facções, e assim por diante. Nesse meio uma das formas de definir o caráter lobbista dos processos de formulação e imposição de regras burocráticas é designar o processo como “parlamentarista”, no sentido da composição de interesses.

#### **4. A carreira de pesquisador como uma sucessão de tentativas**

Mesmo restringindo-se à carreira de pesquisador e, portanto, abstraindo-se todos os demais aspectos da carreira profissional, é possível centrar em diferentes pontos. Como já mencionado, nas condições em pauta, não teria sentido qualquer coisa no sentido da *reflexibilidade* ou algo do gênero, visto que as carreiras, em geral, ocorrem no esforço para o ingresso e apropriação das ciências sociais e não em seu interior. Em todo caso, como se trata da carreira de pesquisador, os sucessivos principais eixos temáticos de pesquisa podem ser tomados como base de exposição.

O primeiro desses eixos, em termos cronológicos, é constituído pelos estudos de problemas agrários. Como já mencionado, trata-se de um prolongamento dos investimentos em estudos e pesquisas dos quais resultaram a dissertação de mestrado (em ciência política) e a tese de doutorado (em antropologia social).

Porém, como tema de pesquisa posterior ao doutorado esse tipo de estudo resultou num fracasso total, por uma série de razões, todas elas vinculadas às condições gerais apontadas anteriormente. Nesse caso, o condicionante negativo mais direto é a mencionada situação criada por ter realizado concurso num departamento de ciência política, onde esse tipo de tema não tem espaço e as tentativas de transferência foram frustradas. Além disso, os temas e disciplinas ligadas a problemas agrários, em geral, ocupam uma posição muito periférica nas ciências sociais no Brasil e uma das compensações geralmente utilizadas é a adoção de uma posição de mediador com determinadas organizações de representação de interesse e de militância. Esse tipo de alternativa, nessa fase, já era descartado, certamente como resultado



da maior adesão à sociologia francesa, além do maior ceticismo quanto ao militantismo. Um dos resultados desse tipo de situação é que os próprios esforços no sentido de publicação tiveram poucos resultados, como ocorreu inclusive com a tese. Em todo caso, após alguns anos como professor de temas ligados ao campesinato em programas de pós-graduação de outros departamentos, de modo sempre clandestino relativamente ao reconhecimento oficial e formal do departamento de origem, esse tipo de problema foi sendo abandonado como objeto de estudo.

Talvez mais como incitação devido às atividades didáticas, um segundo eixo de pesquisa que foi sendo formulado estava centrado naquilo que se pretendia na linha de análise de políticas públicas. Porém, esses esforços duraram pouco tempo e nesse caso a principal razão está no choque entre concepções de ciências sociais. Ocorre que a pretensão era tomar a análise de políticas públicas como instrumento para o estudo de processos e estruturas de poder (no sentido dos trabalhos de Jobert e Muller, dentre outros, 1987). Porém, tanto as expectativas dos alunos como as concepções de praticamente todos os que trabalham com esse tipo de tema no Brasil tem como razão de ser daquilo que classificam como análise de políticas públicas, uma espécie de avaliação de políticas numa perspectiva normativa, em geral, tendo como fim a “racionalização” dos procedimentos conforme os objetivos explícitos dos formuladores das próprias políticas. Em outras palavras, a análise estaria mais próxima de uma auxiliar suplementar da gestão ou administração pública que das ciências sociais.

Mais recentemente, duas tendências reforçam esse caráter de suplemento de segunda classe da gestão pública de segunda classe desse tipo de estudo. A primeira é o já mencionado reforço crescente das políticas de “indução” nas ciências sociais. Sinteticamente, se trata do apoio seletivo e condicional conforme o tema e a abordagem, tendo em vista a aplicabilidade dos resultados. Isso pode ter origem nas agências especificamente dirigidas ao financiamento à pesquisa ou em qualquer ministério ou outro organismo governamental. O resultado mais imediato é a expansão de um “mercado” de “assessorias” ou “con-

sultorias”, num processo um tanto semelhante, guardando-se as proporções, ao que ocorreu com os economistas (Loureiro, 1992).

A segunda tendência torna esse tipo de estudo ainda mais repulso da ótica de qualquer deontologia profissional das ciências sociais. Sinteticamente, trata-se de sua transformação num conjunto de técnicas de manipulação, através de “assessorias” ou algo do gênero no especo político. No limite a própria escroqueria passa a ser proclamada como valor “profissional” e não se trata de algo como o antigo perigo do cinismo no ensino da ciência política (Favre e Lagavre, 1998), visto que tem como objeto lógicas de ação calcadas no cinismo. Em meios como aquele em pauta esse tipo de problema nem tem condições de ser posto, visto que é pressuposto que a razão de ser e a racionalidade das ciências sociais é a mesma do universo social e político a ser estudado.

Isso, no entanto, está vinculado a processos mais gerais e pode constituir um dos elementos básicos da importação e apropriação de modelos culturais, que consiste na mudança de significados das categorias contidas. Como destacado por Sigal (1996), nas condições periféricas, a fragilidade dos produtores culturais e sua dependência relativamente aos centros internacionais contribuem para a submissão ao poder político. Porém, na medida em que essa submissão à “política” ocorre numa situação em que o espaço de representação política também não conta com alguma autonomia relativa, a própria “política” e as categorias correlatas tomam um sentido próprio. No caso em pauta, uma das principais conseqüências diretas disso é a inserção do ensino universitário e, particularmente, das ciências humanas e sociais, no *spoils system* vigente e a adoção dos princípios de legitimação desse universo “político”. Além da adoção desse tipo de princípio apropriado do universo das lutas no *spoils system* vigente, o sucesso político dos interesses associados aos usos das ciências sociais passa a constituir o principal critério de validade e razão de ser.

Essa tendência foi reforçada com a expansão e as redefinições mais recentes das ciências sociais. A melhor compreensão disso requer que se considerem alguns aspectos formais dessa expansão do ensino e usos

das ciências sociais. O primeiro desses aspectos é o fato de que no Brasil nunca houve a formação das ciências sociais no sentido analítico, em oposição a alguma compreensão humanista, intelectual ou outro esquema erudito, como foi o caso da França, Alemanha e Inglaterra (Lepenies, 1990). Inicialmente, a maior parte do que era considerado como ciência social e, mais especificamente, sociologia, consistia em alguma versão escolar da moral cívica vigente. Isso podia estar mais diretamente associado a determinada organização de militância política, ao ensino ou à Igreja Católica (Pécault, 1990). Com a expansão e a diversificação do ensino universitário, foi introduzido o esquema de classificação com um conjunto de ciências sociais aplicadas (direito, economia e administração) e as demais (sociologia, antropologia e ciência política), consideradas como ciências humanas. Porém, esse processo de expansão do ensino e dos usos das ciências sociais equivale ao aumento da “colonização” pelas ciências sociais aplicadas. Isso pode ser o resultado, inclusive, da fragilidade ou da inexistência efetiva das ciências sociais numa concepção mais analítica e sem pretensões de aplicação “prática”. Em todo caso, como já mencionado, no que tange à sociologia, sempre foi associada a diferentes “causas” morais e políticas. Quanto à ciência política, com o reforço da importação da vulgata do individualismo metodológico, da teoria da escolha racional e do próprio esquema centrado na projeção do chamado modelo pluralista, acabou se constituindo um jargão de moral cívica e um arsenal de técnicas de manipulação a serviços das lutas “políticas”. Isso foi reforçado com a passagem da disciplina de relações internacionais, que estava adstrita às faculdades de direito e, portanto, classificada entre as ciências sociais aplicadas, para o âmbito da ciência política. Desse modo, a transformação de problemas políticos ou mesmo da gestão pública e das guerras de facções burocráticas que são características nesse meio em problemas das ciências sociais, não constitui apenas alguma situação ou posição particular, mas a regra geral e algo visto como natural. Como já mencionado, o princípio de legitimação geral consiste na eficácia política suposta dos usos das ciências sociais, seja nas políticas governamentais, no *marketing* político, ou na organização e representação de interesses.

Frente à generalizada constatação do fracasso dos diplomados em ciências sociais no mercado formal de trabalho, uma das alternativas postas em prática é a formação de cursos de graduação em algo designado como políticas públicas ou algo do gênero (“governo”), cujo público alvo principal seriam funcionários públicos ou pretendentes a tanto. A fundamentação desse tipo de curso, em geral, incorpora técnicas de origem norte-americana, calcadas em diferentes versões da teoria da “escolha racional” e do neo-institucionalismo. Porém, o que importa não é o tipo de modelo importado, mas a apropriação seletiva de determinadas abordagens e técnicas de manipulação que, no limite, transforma esse tipo de estudo num pretense instrumental a serviço das lutas pelo poder político. Nessas condições, inclusive análises e avaliações críticas de representantes da ciência política norte-americana, como aquela de Lowi (1985) se tornam sem sentido. Também se está muito longe dos “profissionais da democracia” à *Latin American Studies* e seus esquemas de importação de modelos de origem norte-americana em termos mais gerais (Guilhot, 2003). Ocorre que em suas origens norte-americanas, essas abordagens e técnicas de manipulação estão baseadas no chamado modelo pluralista e no jogo de concorrência entre interesses organizados, seja através do lobbismo ou de outras formas. Como, nas condições brasileiras isso é importado e posto em prática numa situação neopatrimonialista e de *spoil system* com base em redes de clientelismo e de “indicação política”, chega-se à uma situação que no limite ocorre um amálgama do pragmatismo das técnicas de manipulação à serviço da racionalidade da concorrência política e de interesses à americana com a manipulação “ilustrada” nas guerras de facções e redes de reciprocidade e de clientelismo nas entranhas das burocracias públicas, tudo em nome das ciências sociais.

No que tange ao estudo de elites como eixo de investimentos e atividades de pesquisa, acabou ocorrendo uma maior continuidade. Isso, no entanto, não exclui a situação de insulamento e os mal-entendidos e dissonâncias. Para a entrada nesse tema de estudos concorreram diferentes incentivos, pessoais e institucionais. O primeiro, de ordem mais pessoal, decorre da impossibilidade da continuidade do

trabalho na linha da tese, por estar ligado a problemas agrários e a existência de um sub-tema secundário que parecia interessante como ponto de partida para iniciar outra linha de trabalho. Trata-se da formação da “elite” médica no Brasil. Porém, não se trataria mais de tomar essa “elite” frente aos confrontos sociais e políticos atuais, mas numa perspectiva histórica. Um segundo incentivo para o início desse tipo de estudo está nas próprias origens e trajeto social. Do mesmo modo que para os oriundos de posição de origem mais alta tende a ocorrer certo interesse ou instigação no estudo de categorias socialmente mais distantes (campesinato, operários), nas condições em pauta ocorre o contrário. Como se trata de alguém com origens no campesinato e com trajeto em meio social formado por categorias próximas, os grupos socialmente dominantes, até pelo estranhamento, se constituem em objeto de curiosidade. Por outro lado, o aprofundamento em determinadas linhas de sociologia francesas acabou reforçando e instrumentalizando esse tipo de interesse, enquanto estudo de estruturas de poder e de dominação (no sentido weberiano). Ainda como incentivo ou condicionante institucional ou burocrático, o estudo de “elites”, coincidentemente, compunha a lista de disciplinas do departamento de ciência política de pertencimento. Assim, embora numa versão radicalmente diferente, era possível enquadrar nominalmente como um tema apropriado.

Em síntese, por um lado, o interesse e os investimentos nesse tipo de estudos contam inclusive com o desenvolvimento de uma crescente literatura internacional, seja norte-americana ou européia, onde se destacam os últimos trabalhos de Bourdieu. Por outro lado, não foi necessário muito tempo de contato direto com o tema para chegar à constatação horrorizada de que, no Brasil, praticamente a totalidade dos trabalhos sobre “elites”, direta ou indiretamente, está associada à promoção de determinada categoria, ou “figuras” de “elite”. Isso abrange tanto aquelas visões mais ingênuas que, freqüentemente numa espécie de paretonismo, mantém uma perspectiva elitista da própria existência de “elites”, tornando-se necessárias, até aquelas concepções e usos da noção de “elites” de modo diretamente hagiográfico, sem

qualquer pudor. Isso não se restringe àquelas disciplinas ou posições teóricas das ciências sociais tidas como mais “tradicionalistas”, como determinada historiografia, mas inclui adeptos e importadores das teorias e esquemas conceituais tidos como os mais modernos e críticos. Sendo assim, ironicamente, as ciências sociais acabam se transformando de instrumento de análise no maior esquema de produção hagiográfica e, simultaneamente, integrando as últimas novidades da produção internacional.

Outro eixo de trabalho que merece uma rápida menção pode ser definido como estudos de processos eleitorais. Nesse caso também os incentivos positivos são diversos e as decepções muito profundas. Além do condicionante institucional de pertencer a um departamento de ciência política, um dos principais incentivos para esse tipo de estudo decorre das relações com um grupo do Museu Nacional dedicado à antropologia política. Além disso, com o aprofundamento e maior apropriação da sociologia política francesa esse tipo de fenômeno passou a adquirir maior relevância enquanto objeto de estudo.

Por outro lado, no que tange à chamada antropologia política, um dos primeiros entraves ou fontes de descontentamento a aparecer decorre da adesão como petição de princípio à etnografia. Assim, na medida em que a etnografia é vista como uma técnica ou metodologia exclusiva, qualquer outra abordagem, particularmente as de cunho quantitativo, passam a ser postas sob suspeita. Por outro lado, em termos mais gerais, relativamente ao conjunto das ciências sociais voltadas ao tema, na medida em que a sociologia política francesa serve de base e, portanto, é o próprio fenômeno da dominação através da representação política que está em pauta, e não algum “problema” relativo ao “mau funcionamento” prático da representação política, a própria comunicabilidade das preocupações analíticas torna-se difícil nesse meio.

Por fim, cabe mencionar um último eixo de trabalho de pesquisa que, por ser cronologicamente o último adotado, subjetivamente se apresenta como o mais interessante. Trata-se dos trabalhos relativos ao estudo da escolarização, em diferentes recortes (ensino universitário,

efeitos da educação formal, dentre outros) todos centrados nas relações entre escola e estruturas de poder. A aposta principal é que, pelo menos no Brasil, as polêmicas morais em torno da chamada “reprodução” em Bourdieu impediram que fossem apropriados e utilizados os instrumentos analíticos propostos em seus trabalhos.

Mas o fato de ser cronologicamente a última linha de trabalho adotada não ocorre por acaso. Em primeiro lugar, esse consiste num dos temas dos mais distantes dos interesses e das concepções do departamento de ciência política de pertencimento. Em segundo lugar, para entrar nesse tema com alguma base e em condições mínimas, diferentemente de tentativas anteriores fracassadas por absoluta falta de recursos, foi necessário aceitar as condições e se submeter à disputa por recursos no âmbito das políticas oficiais de “indução”. Como já mencionado, esse tipo de política, embora tenha por objetivo oficial a utilização das ciências ou da pesquisa social para algo como a análise de políticas públicas, a rigor, consiste numa contradição em termos, visto que qualquer esquema de análise deveria incluir como objeto as condições de formulação das próprias políticas e seus agentes e interesses envolvidos. De fato, se trata de uma espécie de utilização das ciências sociais como elaboração de justificativa de investimentos em determinados setores que passam a ser politicamente importantes, evidentemente, sob o controle dos próprios agentes e interesses políticos mais imediatos. De qualquer modo, a participação nesse tipo de esquema “induzido” pode permitir a coleta de material empírico importante. Um quarto condicionante negativo nessa linha de trabalho é que está diretamente associada com interesses de representantes de disciplinas mais interessadas em “soluções práticas”. Desse modo, além das diferenças de interesses entre a análise sociológica e aqueles investidos nas políticas de “indução” da pesquisa (nas palavras dos formuladores sintetizadas na imagem da “cenoura na frente do burro”), ocorrem as diferenças relativamente a especialistas como aqueles da pedagogia e da economia aplicada, dentre outros. Por fim, um condicionante positivo e razão principal da cronologia desse tipo de estudo: com a possibilidade de aposentadoria se aproximando e, portanto, de troca de depar-

tamento, é possível adequar melhor os interesses em pesquisa com as exigências burocráticas.

### **Considerações finais: o apaixonante caminho sem volta absolutamente não recomendável**

A conclusão geral desse breve “memorial” pode parecer paradoxal, visto que, numa avaliação retrospectiva, a única recomendação é a de que seja feito todo o possível para evitar o ingresso nesse tipo de carreira. Obviamente, em se tratando de professor de ciências sociais, a recomendação de que a respectiva carreira deva ser evitada pode parecer bem melancólico. Por outro lado, simultaneamente a essa convicção de que o ingresso nesse tipo de carreira dever ser evitado, o maior temor é de algum dia não ter mais condições de exercer o ofício de pesquisador em ciências sociais.

Embora não se disponha de respostas definitivas, esse aparente paradoxo pode estar baseado em diferentes razões. A primeira dessas razões pode estar ligada às dificuldades, particularmente de ordem subjetiva ou psicológica, para a reconversão de investimentos na carreira ao longo dos anos. Porém, uma segunda razão pode estar nas próprias especificidades das ciências sociais e, portanto, das motivações para o ingresso em sua aprendizagem e carreira. Como já mencionado no início, na opção de curso e na adesão à carreira sempre esteve presente uma frágil integração e um forte ceticismo social. Isso pode se relacionar com a valorização de determinada concepção de ciências sociais, particularmente a sociologia com pretensões de desencantamento e sem pretensões de aplicação “prática”.

Seja como for, o fato é que se trata de uma carreira que transcorre em condições bem específicas. A metáfora que parece a mais adequada para descrever essas condições é aquela das cascas da cebola: na medida em que forem sendo extraídos todos os interesses “externos” investidos nas ciências sociais no Brasil acaba não restando nada. Por outro lado, há uma grande expansão do ensino formal das ciências sociais, sempre em associação com alguma outra esfera de atividade e de



interesses e tendo como base de hierarquização o capital de relações sociais e os vínculos com a “política”. A principal consequência é a possibilidade de transformação do racionalismo aplicado, que estaria no próprio fundamento das ciências sociais, na adesão primordial à escroqueria, que no Brasil pode ser apresentado como *esperteza*.

Em síntese, apesar de alguns analistas como Dezalay e Garth (2002) aventarem a possibilidade de reação frente ao domínio de elites intelectuais mais vinculadas à dominação dos interesses internacionais, nada indica que isso possa resultar na formulação de princípios e critérios com alguma autonomia para as ciências sociais. A estrutura e as interdependências de interesses que resultaram da expansão e diversificação das ciências sociais formam uma dinâmica que impede o surgimento de critérios de hierarquização e de avaliação mais “internos”, o que não impede a forte expansão quantitativa. Trata-se da já mencionada incorporação das novidades “externas” com base nas redes de relações e estruturas de interdependência “internas” pré-existentes, cuja adesão é primordial, num processo de “modernização à brasileira” característico. Embora oficialmente o ensino das ciências sociais esteja voltado para a formação de professores do ensino pré-universitário, seus efeitos nisso são mínimos. A tarefa mais bem sucedida acabou sendo a do recrutamento e consagração de “elites”. Atualmente se fortalecem as tentativas de disputar com as ciências sociais aplicadas a formação de funcionários ligados à gestão pública, ou mesmo, de funcionários subalternos em geral que podem se constituir em pequenos mediadores, mas cujo denominador comum é a possibilidade de se integrar ao *spoil system* brasileiro.

## Resumen

Os objetivos do artigo limitam-se à apresentação de alguns aspectos do respectivo trajeto de professor e pesquisador em ciências sociais. São destacados alguns dos condicionantes tidos como mais relevantes para a apreensão da orientação, impasses e alternativas postas em prática no trajeto. Dentre esses condicionantes se destacam, em primeiro lugar, as origens sociais relativamente baixas e periféricas relativamente à categoria social de destino, as predisposições e limites no ingresso no mercado e seus efeitos no respectivo trajeto escolar. Em segundo lugar são destacadas as relações desse trajeto escolar com o trajeto profissional e com os princípios e a estrutura de hierarquização das ciências sociais no Brasil no período recente. Por fim, em terceiro lugar, são destacados os limites e contradições da profissionalização e da carreira, particularmente no que tange à inexistência de qualquer autonomia escolar e profissional frente ao que no Brasil, em geral, é designado como a “política”.

**Palabras clave:** Trayectoria profesional; Investigación; Política académica en Brasil.

## Abstract

The Condition in False: the path of a Social Sciences professor and researcher in Brazil

This article aims at presenting some aspects of the path taken as a professor and researcher in Social Sciences. Some of the conditioning topics considered as the most relevant to the orientation's choice are highlighted here, besides deadlocks and alternatives practiced along the path. Among such conditioning aspects some should be highlighted. First of all, relatively low and peripheral social background regarding the social category of the destination, besides predispositions and limits when entering the marketplace and their effects in the schooling path. Secondly, the relations of such schooling path with the professional path as well as the principles and hierarchical structure of Social Sciences in Brazil in recent years. Finally, the limits and contradictions of professionalization and career, particularly referring to the nonexistence of any educational and professional autonomy regarding what is usually called “politics” in Brazil.

**Key words:** Professional trajectory; Research; Academic politics; Brazil.

## Notas

---

<sup>1</sup>. Ver especialmente Pécaut (1990) e Saint Martin (1988).

## Bibliografía

---

- BADIE, B. (1994) **Le Développement Politique**. 5<sup>e</sup>. Edition. Economica, Paris.
- BOURDIEU, P. (1991). *Epilogue: on the possibility of a Field of world sociology*, in BOURDIEU, P. e COLEMAN, J. (eds.), (1991). **Social Theory for a Changing Society**. Westview Press e Russell Sage Foundation, Oxford e New York.
- BOURDIEU, P. (2001) **Science de la Science et Réflexivité**. Éditions Raisons d'Agir, Paris.
- BURRIS, V. (2004) *The academic caste system: prestige hierarquies in PhD Exchange Networks*. In **American Sociological Review**, 69, april.
- DEZALAY, Y. e GARTH, B. G. (2002) **La Mondialisation des Guerres de Palais; La restructuration du pouvoir d'État em Amerique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"**. Éditions de Seuil, Paris.
- FAVRE, P. e LAGAVRE, J. B. (dir.). (1998) **Enseigner La Science Politique**. L'Harmattan, Paris.
- GUILHOT, N. (2003) *Os profissionais da democracia em ação*, in LINS, D. e WACQUANT, L. (2003) **Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder**. Papirus Editora, Campinas.
- JOBERT, B. & MULLER, P. (1987) **L'Etat en Action; Politiques Publiques et Corporatismes**. Presses Universitaires de France, Paris.
- LEPENIES, W. (1990) **Les Trois Cultures: entre science et littérature : l'avènement de la sociologie**. Ed. De la Maison des Sciences d'Homme, Paris.
- LOUREIRO, M. R. (1992) *Economistas e elites dirigentes no Brasil*. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20 (7), out.
- LOWI, T. J. (1985) *The State in politics: The relations between policy and social science*. In NOLL, R. G. (org.) **Regulatory Policy and the Social Sciences**. University of California Press, Los Angeles.
- NEIBURG, F. (1997) **Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo**. Edusp, São Paulo.
- PÉCAUT, D. (1990) **Os Intelectuais e a Política no Brasil; Entre o povo e a nação**. Ática, São Paulo.
- SAINT MARTIN, M. de (1988) *À propos d'une rencontre entre chercheurs; Sciences sociales et politique au Brésil*. In **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, (71-72), mars.
- SCHMITTER, P. (1971) **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford University Press, Stanford.
- SIGAL, S. (1996) **Le Role des Intellectuels em Amerique Latine; La Dérive des Intellectuels en Argentine**. Harmattan, Paris.